



Conexões ecofeministas entre arte contemporânea, natureza e maternidades¹

Marina Calixto-Cunha²

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-5870-7485>

Ana Clara Fróis³

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Brasil

<https://orcid.org/0009-0000-9115-1207>

Daniela Franco Carvalho⁴

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-4476-7903>

Resumo: Este trabalho articula arte contemporânea, ecofeminismo, maternidade, natureza e educação ambiental a partir de experiências estéticas vividas com obras das artistas brasileiras Yasmin Formiga, Júlia Pontés e Leonora Weissmann. As narrativas foram construídas com base em palavras geradas durante o contato com as obras, posteriormente aprofundadas teoricamente. O estudo se ancora na crítica ao essencialismo que associa mulheres à natureza e às estruturas patriarcais que sustentam desigualdades e violências, inclusive ambientais. Questiona como a arte pode desnaturalizar a inferioridade feminina e um ideal de maternidade, revelando as conexões entre exploração da Terra e opressão de corpos femininos. A pesquisa propõe uma educação ambiental sensível e política, que reconhece a importância dos afetos, do cuidado e dos saberes plurais, tendo a arte como espaço de resistência e criação de mundos possíveis, em contraponto às lógicas de devastação, invisibilização e hierarquização impostas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Educação ambiental. Narrativas. Biodiversidade. Feminismo.

¹ Recebido em: 21/07/2025. Aprovado em: 11/11/2025.

² Doutora em Ecologia, Universidade Federal de Uberlândia, pesquisadora do grupo Amplia: amálgama em educação, ciência e arte. E-mail: marinaccunha@gmail.com

³ Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, pesquisadora do grupo Amplia: amálgama em educação, ciência e arte. E-mail: ana.frois@ufu.br

⁴ Graduada em Ciências Biológicas (Universidade Estadual de Campinas) com Doutorado em Educação (Universidade Estadual de Campinas). É professora da Universidade Federal de Uberlândia e líder do grupo Amplia: amálgama em educação, ciência e arte. Tem experiência na área de divulgação científica, educação museal e arte-ciência. E-mail: danielafranco@ufu.br

Conexiones Ecofeministas entre el Arte Contemporáneo, la Naturaleza y las Maternidades

Resumen: Este trabajo articula arte contemporáneo, ecofeminismo, maternidad, naturaleza y educación ambiental a partir de experiencias estéticas vividas con obras de las artistas brasileñas Yasmin Formiga, Júlia Pontés y Leonora Weissmann. Las narrativas fueron construidas a partir de palabras que surgieron durante el contacto con las obras, luego profundizadas teóricamente. El estudio se basa en una crítica al esencialismo que asocia a las mujeres con la naturaleza y a las estructuras patriarcales que sostienen desigualdades y violencias, incluidas las ambientales. Se cuestiona cómo el arte puede desnaturalizar la idea de inferioridad femenina, revelando las conexiones entre la explotación de la Tierra y la opresión de los cuerpos femeninos. La investigación propone una educación ambiental sensible y política, que reconozca la importancia de los afectos, del cuidado y de los saberes plurales. Así, el arte se entiende como un espacio de resistencia y de creación de mundos posibles, en contraposición a las lógicas de devastación, invisibilización y jerarquización impuestas por el capitalismo.

Palabras-clave: Educación ambiental. Narrativas. Biodiversidad. Feminismo.

Ecofeminist Connections between Contemporary Art, Nature, and Motherhoods

Abstract: This work articulates contemporary art, ecofeminism, motherhood, nature, and environmental education based on aesthetic experiences with artworks by Brazilian artists Yasmin Formiga, Júlia Pontés, and Leonora Weissmann. The narratives were built from words that emerged during the encounter with the artworks and were later deepened through theoretical reflection. The study is grounded in a critique of essentialism that links women to nature and of patriarchal structures that sustain inequalities and violence, including environmental violence. It questions how art can denaturalize the idea of female inferiority by revealing the connections between the exploitation of the Earth and the oppression of female bodies. The research proposes a sensitive and political approach to environmental education, recognizing the importance of affections, care, and plural knowledge. Thus, art is understood as a space of resistance and the creation of possible worlds, in opposition to the logics of devastation, invisibility, and hierarchy imposed by capitalism.

Keywords: Environmental education. Narratives. Biodiversity. Feminism.

INTRODUÇÃO

O reconhecimento do planeta Terra como entidade feminina, evocando divindades como Gaia, Onilá, Deméter, Terra Mater, Pachamama, Bhuma Devi e Mat Zamlya, revela uma profunda articulação simbólica entre natureza, maternidade e espiritualidade que atravessa diversas culturas e tempos históricos. No campo do ecofeminismo, essas figuras representam não apenas a fertilidade e a criação, mas também a resistência às lógicas patriarcais e extrativistas que desconsideram a interdependência entre todos os seres vivos. Ao serem retomadas em práticas artísticas contemporâneas, essas imagens operam como estratégias políticas e poéticas de reencantamento do mundo, fazendo emergir a biodiversidade como um bem comum a ser cuidado — e não explorado. Assim, arte e ecofeminismo se entrelaçam na crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento, enquanto propõem formas de convivência mais sensíveis, ancoradas na escuta da Terra como Mãe e na valorização dos saberes ancestrais que a reconhecem como fonte de vida, nutrição e memória.

No contexto capitalista, o que não gera lucro é frequentemente descartado como irrelevante, o que afeta diretamente a natureza, cujos valores simbólicos, afetivos e ecológicos são invisibilizados pelo mercado. Essa lógica contribui para o apagamento dos saberes tradicionais e das práticas ecofeministas, relegando ao esquecimento aquilo que não se encaixa na racionalidade produtivista e monetária.

Subvalorizar a biodiversidade na tomada de decisões (atribuindo-lhe um valor de preço zero) implicitamente permite sua destruição. Políticas que impactam negativamente a natureza são frequentemente aprovadas em parte porque os custos desses projetos sobre a natureza e a perda de biodiversidade são inadequadamente contabilizados nos processos de tomada de decisão (Strange et al., 2024, p.1)

Diaz (2022, p. 324) afirma que “o trabalho de cuidado e o trabalho reprodutivo foram definidos como extraeconômicos, e, portanto, naturais às mulheres e à esfera do lar”, percebendo que a ausência dessa valoração está associada ao fato de que mulheres assumem o trabalho do cuidado de forma desigual, sendo uma das principais causas de inequidade econômica.

Quando olhamos para o Brasil, vemos uma baixa participação de mulheres/mães no mercado de trabalho, altos níveis de informalidade nas relações trabalhistas e salários consideravelmente menores que aqueles recebidos pelos homens [...] O que nos mostra que, mesmo diante dos avanços no acesso à educação (mulheres representam cerca de 60% das titulações em grau universitário) e a programas de proteção social, a inequidade econômica persiste (Alves, 2016, p.631).

O mesmo empenho, ainda que ineficaz, em assegurar a participação de mulheres em políticas públicas não é observado para a biodiversidade. Nas últimas duas décadas o país tem apresentado retrocessos importantes da legislação ambiental:

Entre os retrocessos legislativos observados, destacam-se a Lei de Biossegurança e o novo Código Florestal. Com a primeira, a competência para julgar e conceder a liberação dos organismos geneticamente modificados (OGMs) foi transferida do MMA para o Ministério de Ciência e Tecnologia, sob alcada da CTNBio - Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (Novelli, 2024, p. 16).

Essa mudança excluiu a sociedade civil do debate, sob a justificativa da composição de uma comissão técnica do ponto de vista genético, mas não do ponto de vista de proteção ambiental. Assim, a liberação e plantio de OGMs gerou, além da publicação da Lei de Biossegurança, a alteração da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além disso, a alteração do Código Florestal modificou os parâmetros de mensuração das áreas de preservação permanente (APPs), anistiu amplamente os agentes de desmatamento ilegal e redefiniu as áreas de reserva

legal de forma a inviabilizar a recuperação de áreas degradadas (Novelli, 2024, p. 16-17).

Como se não fosse o bastante, em 2025, o Senado aprovou o PL nº2159/2021, também conhecido como “PL da devastação”. Da forma como foi aprovada, ameaça a proteção ambiental, os direitos socioambientais garantidos pela Constituição Federal de 1988 e saúde pública (Guetta e Araújo 2023). Essa aprovação representa mais do que um retrocesso ambiental: simboliza uma política que legitima práticas de violência estrutural, em que a destruição da natureza se conecta diretamente com as formas de opressão vividas pelas mulheres.

Assim como o meio ambiente se torna desprotegido diante de interesses econômicos, as mulheres - sobretudo as racializadas, periféricas e defensoras de seus territórios - seguem sendo alvo de violência, invisibilização e feminicídio, num ciclo de desrespeito à vida em todas as suas formas.

Os impactos dos eventos climáticos extremos se impõem sobretudo em populações vulnerabilizadas: mulheres, pessoas negras, jovens, moradoras/es de periferias, pessoas com deficiência. Isso se dá porque a vulnerabilidade climática se sobrepõe às vulnerabilidades socioeconômicas, aprofundadas pelas desigualdades (Branco, 2024, p.5).

Os movimentos por justiça ambiental congregaram duas importantes percepções: a crise ambiental centraliza os benefícios do desenvolvimento na mesma medida que destina os seus malefícios aos grupos populacionais despossuídos e, por outro lado, essas pautas não são incluídas nas agendas governamentais e das grandes corporações (Acselrad et al, 2009 apud Andrade, 2020, p.813).

No cerne do ecofeminismo, comprehende-se que a exploração ambiental e a misoginia fazem parte da mesma lógica patriarcal e capitalista que desvaloriza corpos femininos e territórios vulnerabilizados. Sauvé apresenta algumas correntes de educação ambiental, dentre elas a corrente feminista que “se opõe à predominância da abordagem racional nas questões ambientais, tal como é mais frequentemente observada nas teorias e práticas associadas à corrente socialmente crítica” (Sauvé, 2005, p.25), podendo a relação com as realidades ambientais ser feita de forma mais afetiva, intuitiva, simbólica, espiritual ou artística, pela qual o ato de cuidar de seres humanos e não humanos de maneira contínua e amorosa passa a ser uma ética da responsabilidade.

A identificação da natureza com o sexo feminino já foi explorada por vários autores. Na década de 1970, Françoise D'Eubonne no livro ‘Feminismo ou morte’, cunha o termo Ecofeminismo e em função do contexto histórico da época, com os

protestos de Sevezo (Itália, 1976) e Bhopal (Índia, 1984) de contaminação por agroquímicos e a corrida nuclear que culminou em acidentes graves na *Three Mile Island* (1979) com derramamento de líquido radioativo e na explosão nuclear de Chernobyl, em 1986 (Casella, 2015).

Vemos, como uma preocupação feminista, a devastação da Terra e dos seus habitantes pelos guerreiros empresariais e a ameaça do extermínio nuclear pelos guerreiros militares. É a mesma mentalidade machista, que nos negava o direito aos nossos corpos e à nossa sexualidade, que depende de múltiplos sistemas de domínio e do poder de estado para obter o que pretende (Mies e Shiva, 1993).

Carolyn Merchant afirmava que parte da associação de mulheres à natureza se dava em parte pela definição da natureza como uma mãe-terra provedora e, em parte, por ser selvagem, incontrolável e ameaçadora. Adjetivos comumente usados pela sociedade para descrever o caráter emocional feminino em oposição a racionalidade masculina (Garcia, 2009).

Reed questionou o determinismo biológico que coloca as mulheres como inferiores aos homens em função da maternidade:

Afirma-se – como axioma imutável – que as mulheres são socialmente inferiores, porque são naturalmente inferiores aos homens. E qual a prova disso? Que as mulheres são mães. [...] Isso é uma falsificação histórica natural e social. Não é a natureza e sim a sociedade de classes que rebaixou a mulher e elevou o homem. [...] A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inumeráveis desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações. Mas esta realidade histórica foi dissimulada atrás de um mito da inferioridade feminina (Reed, 2008, p. 63).

A partir deste contexto, nos perguntamos: Como a arte contemporânea, atravessada por perspectivas ecofeministas, pode contribuir para desnaturalizar a ideia de inferioridade feminina associada à maternidade, e, ao mesmo tempo, propor novas formas de existir que valorizem as conexões entre corpo, natureza e cuidado, desafiando as estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam desigualdades históricas?

Esse trabalho mergulha na corrente epistemológica do ecofeminismo, para pensar uma educação ambiental que reconheça que as crises ecológica e social estão enraizadas em estruturas opressoras que naturalizam desigualdades - como a ideia de que as mulheres, por sua maternidade, estariam essencialmente ligadas ao cuidado, à natureza e à domesticidade - sendo, por isso, excluídas das esferas econômica, política e científica. Nessa perspectiva crítica, uma educação ambiental sensível e conectada ao ecofeminismo, pode vir a desconstruir o essencialismo de gênero, valorizar o conhecimento situado das mulheres e reencantar as relações com a natureza através da arte contemporânea. Tal perspectiva propõe não apenas a preservação ambiental, mas a

transformação das relações sociais, promovendo justiça ecológica, equidade de gênero e o reconhecimento de múltiplas formas de existência e resistência.

Nossa intenção foi produzir narrativas sensíveis, articuladas com referencial teórico, acerca de obras de arte contemporâneas que nos mobilizam a pensar conexões entre natureza e maternidades na perspectiva ecofeminista, num ensaio que tangencia essa educação ambiental possível a partir do sentir.

METODOLOGIA DA PESQUISA NARRATIVA

Este estudo adotou a pesquisa narrativa como abordagem metodológica central. Compreende-se essa metodologia como uma forma de articular a arte às experiências das próprias autoras (Clandinin e Connelly, 2011, p. 49), que, neste contexto, ocupam simultaneamente os lugares de pesquisadoras, mulheres, mães e professoras.

Partimos do pressuposto que a pesquisa narrativa nos permite construir uma investigação caracterizada pela “tridimensionalidade entre situação, continuidade e interação da história vivida” (Carvalho et al., 2025, p. 63), e a relevância da “co-construção de uma narrativa como vida contada, como uma representação e uma reconstrução de uma vida em um determinado momento” (Weiss e Johnson-Koenke, 2023, p.393). Assim, buscamos construir uma relação dialógica de dupla descoberta entre pesquisador e objeto de estudo para a elaboração de narrativas a partir dessa experiência. Essa concepção metodológica culmina na elaboração de textos de campo, que representam a materialidade da experiência vivenciada, permitindo, no contexto da pesquisa narrativa, a sustentação da memória e do significado (Clandinin e Connelly 2011, p.149). A composição dos textos se dá de forma livre e interpretativa e deriva dos signos que compõem o objeto da pesquisa: sociais, pessoais ou familiares (Carvalho, Oliveira e Costa, 2025).

Para elaboração dos textos de campo, procedemos conforme proposto por Carvalho (2024, p.32): primeiro dedicamos um tempo à contemplação da obra. Em seguida, buscamos responder a quatro questões - Como a obra me atravessa? Quais questões ela me convoca? Quais detalhes eu ainda não vi? Com quais conceitos do que leio/vivo a obra dialoga? – e, a partir dessas perguntas, anotamos palavras que surgiam da experiência junto à obra. O texto de campo foi construído a partir dessas palavras. Em um segundo momento, a obra e a artista foram contextualizadas. O texto da pesquisa é construído então, a partir de um adensamento teórico do texto de campo, escrito a partir do diálogo com a teoria.

A narrativa foi utilizada como forma de entrelaçar a experiência vivida com as ressonâncias sensíveis, éticas e políticas que emergem das obras de arte contemporânea estudadas. Escolhemos três obras de artistas brasileiras: “Lugar” (Yasmin Formiga); “Ó Minas Gerais | My Land Our Landscape #29 (Júlia Pontés), “Eu, Theo e a gruta” (Leonora Weissman) para a produção das narrativas e dialogicidade com o campo teórico da educação ambiental.

ARTE, NATUREZA E MATERNIDADES

Já que mulheres e natureza foram associadas às divindades, começaremos esse debate com uma mandala. Para Cerveira (2016), as mandalas ilustram “noções de ordem, centro e totalidade do Universo e estão presentes na história da humanidade desde nossos ancestrais mais primitivos, passando pela arte religiosa, arquitetônica e em locais de cisão e fragmentação.

A mandala de Yasmim Formiga (Figura 1) debate principalmente as questões socioambientais e territoriais ligadas ao bioma Caatinga, exclusivo da região Nordeste do Brasil. A artista denuncia as contradições e impactos da implantação de campos de energia renovável no sertão nordestino e nos propõem a um diálogo interespécies. Ela nos convida a abandonar a visão da Caatinga como um bioma pobre, sem vida e estimulando um olhar mais sensível, capaz de valorar o bioma historicamente explorado e invisibilizado.

Yasmim Formiga parece desvendar o segredo da vida num jogo da parte e do todo. Ao reunir elementos orgânicos, ossadas de bode, quartzos-brancos e areia de rio nos apresenta um conjunto de organelas folhas, organelas sementes, organelas penas e organelas de bode reunidas e contidas por membranas.

Figura 1: Obra: Lugar, 2021. Yasmin Formiga.



Fonte:

<https://yasminformigaa.wixsite.com/my-site-1/install%C3%A7%C3%B5es-e-site-specific>, acessado em:
15 de julho, 2025.

A artista apresenta a pluralidade e a singularidade da Caatinga, que possui grande biodiversidade com alto índice de endemismo (Hauff, 2010; Uchôa et al., 2022). Ao mesmo tempo que apresenta a biodiversidade, faz alusão entre células e tecidos fisiológicos e sociais, uma vez que a Caatinga é a região semiárida mais populosa do mundo, com uma população majoritariamente pobre e dependente dos recursos naturais (Hauff, 2010). Cada camada se une como gravetos que se juntam para formar o ninho. O ninho, lar do embrião, gesta vida num mundo árido sem placenta.

A casca faz do indivíduo joia árida, como frutos duros diante de um futuro incerto. Incertos também são os ciclos que agora abandonam o contraste clássico do viver/morrer, em que seres se tornam energia para alimentar a teia da vida, e assumem a dicotomia da existência/extinção. Temos uma Caatinga cansada de ser resistência, de ser devir, ou servir.

O bioma vem sofrendo com os projetos de infraestrutura, que se tornam canais de dispersão de espécies exóticas invasoras, como é o caso do projeto de Integração do Rio São Francisco (Oliveira et al., 2021; Lacerda, 2024; Zenni et al., 2024). A Caatinga

ocupa uma área de mais de 969 mil km², e cerca de 40% desse território já foi degradado, 8% do solo está exposto e propenso a desertificação (INPE,2016).

Um bioma de conexão entre as diferentes realidades do Brasil, uma vez que faz fronteira com a Amazônia, o Cerrado e a Mata Atlântica (Lopes, Ramos e Almeida, 2020). A obra nos convoca a pensar uma Caatinga cansada de construir espinhos e rochas para proteger seus mamilos, ductos que trazem sua alma, sua potência interna, para o exterior. Ductos que conectam o interno ao marginal. Os filhos às mães.

Seios fartos que evidenciam a Caatinga como uma fêmea de cores crípticas. Seu fenótipo se confunde com a cor do chão e a torna um borrão. Quem olha de fora não vê o vermelho de seu núcleo, o sangue de suas veias, o verde de sua florada. “Um bioma mosaico com diferentes formações vegetais que vão desde cerrados a espaços de mata úmida” (Tabarelli et al., 2018).

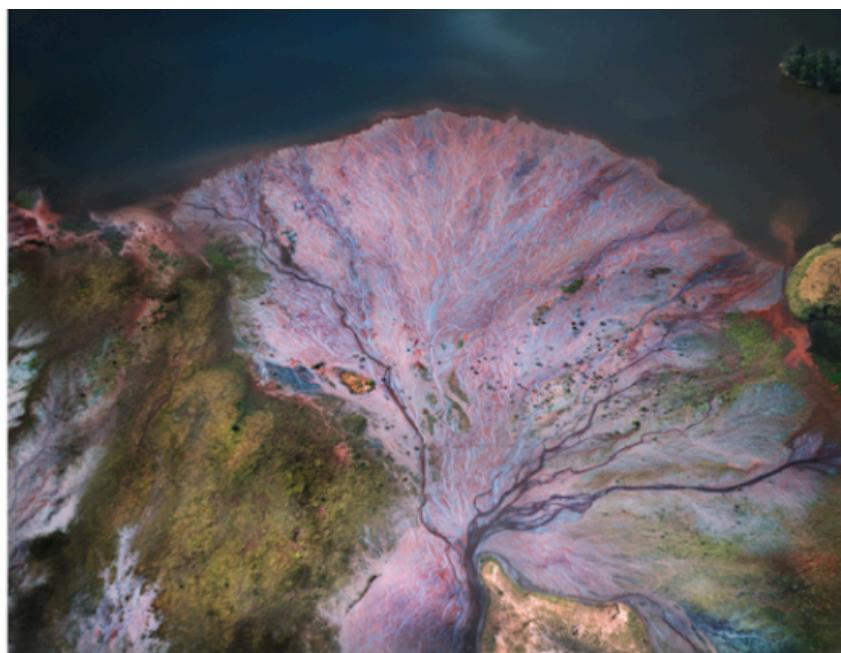
A Caatinga é invisibilizada, como tantas fêmeas que criaram seus filhos na aridez da solidão. Mães cansadas de competir com o capital na educação de seus filhos, sofrem com a exploração desenfreada das matas, rios e de todos os seres.

Assim como a Caatinga, Mariana em Minas Gerais foi silenciada até romper num grito que mistura lama, dor e denúncia. Ambos os territórios, marcados por uma longa história de exploração e negligência, carregam em seu solo as marcas do abandono e da violência estrutural. Tanto na Caatinga quanto em Mariana, as vozes abafadas das mulheres, das comunidades tradicionais e da própria terra se erguem em resistência e memória - desafiando a lógica de morte imposta pelo capital.

A obra de Júlia Pontés “Ó Minas Gerais | My Land Our landscape #29 (Figura 2), apresenta a tragédia de Mariana e o horror que a devastação ambiental pode nos levar. Um mar de lama tóxica se forma e destrói a cidade de Mariana, em 5 de novembro de 2015⁵. Nesse dia, a barragem de Fundão, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, se rompeu, liberando milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração e causando uma onda que devastou comunidades, matou dezenove pessoas e provocou danos ambientais catastróficos ao longo do rio Doce até o oceano Atlântico.

⁵ <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco>

Figura 2: Obra: Ó Minas Gerais| My land our landscape #29, 2016. Júlia Pontés.



Fonte: <https://www.julapontes.com/minas-gerais-our-land-my-lands>, acessado em: 21 de julho, 2025.

A artista traz uma imagem que, ironicamente, nos lembra uma placenta. Uma placenta de lama, com 40 milhões de metros cúbicos de rejeito de Minério provenientes das operações da Samarco S/A e que comprometeu serviços ecossistêmicos da Mata Atlântica, áreas de transição com Cerrado e do litoral do Brasil (Brasil e Pires, 2017).

Uma tragédia-crime. Vimos rios, florestas, o mar, uma cidade e centenas de milhares de famílias e animais agonizando, afundados na lama perversa que o neoliberalismo produziu. Fruto de uma perspectiva existencial com exploração máxima, no menor espaço de tempo possível.

O relatório do grupo Poemas (Núcleo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade) apontou que: “análises deficientes desenvolvidas para a elaboração dos estudos e/ou práticas profissionais antiéticas têm provocado a subestimação dos impactos negativos e a superestimação dos efeitos positivos de grandes empreendimentos sobre as sociedades e o meio ambiente” (Poemas 2015, p.9). Também houve evidências da omissão da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), no monitoramento realizado em conjunto com o Departamento Nacional de Produção Mineral. No inventário de 2014⁶, a classificação de risco (CRI) para a barragem de

⁶ DNPM, Cadastro Nacional de Barragens de Mineração dentro da Política Nacional de Segurança de Barragens
<http://www.dnpm.gov.br/assuntos/barragens/arquivosbarragens/cadastro-nacional-de-barragens-de-mineracao-dentro-dapnsb>

Fundão foi registrada como baixa, sendo que no mesmo relatório a estabilidade de outras 27 barragens não foi garantida e duas barragens foram apontadas como sem garantia de estabilidade.

Não há registros de discussão midiática sobre os dados desse inventário, mesmo depois da tragédia. Além disso, tendo em vista que Fundão rompeu no ano seguinte à publicação do relatório, entende-se que se trata de um sistema de monitoramento limitado e um Estado que não garante a segurança de comunidades e do meio ambiente localizados no entorno de barragens de rejeitos de mineração (Poemas, 2015, p.9).

E também houve omissão da própria Samarco. Segundo o inquérito de investigação da Polícia Federal⁷, os dirigentes da mineradora tinham ciência do risco de rompimento da barragem de Fundão e a empresa estava desde 2012 sem um responsável técnico para fiscalização da operação, sem plano de contingência para desastres (Brasil e Pires, 2017).

Como a omissão do Estado e das corporações, como no caso da Samarco, revela um modelo de governança que desprotege sistematicamente tanto o meio ambiente quanto as populações mais vulnerabilizadas, em especial as mulheres, que acumulam o cansaço de resistir à negligência institucional e à violência ambiental silenciosa?

Num paradoxo típico de tempos capitalistas, olhamos para a fotografia de Pontés e vemos destruição e resiliência. A placenta de Gaia tentando segurar nosso lixo em seu ventre, suas artérias azuis minguando diante de veias cada vez menos oxigenadas. Ouve-se o tic-tac do relógio, e o medo cresce diante de um parto indesejado. Qual mundo Gaia estaria segurando em suas entradas? Um aborto de filhos algozes? Até quando insistiremos na não valoração da vida ecossistêmica de Gaia? Até quando o universo feminino trabalhará sem remuneração adequada?

Essas perguntas nos remetem à obra de Leonora Weissman.

⁷ ACPF, Tragédia Anunciada: laudos da perícia federal apontam causas e consequências da maior tragédia ambiental do país. Revista Perícia Federal: Ano XVII.37, Jul 2016. http://www.apcf.org.br/Portals/0/revistaAPCF/revista_apcf_37_web.pdf

Figura 3: Obra: “Eu, Theo e a Gruta”, 2021. Leonora Weissmann.



Fonte: <http://amgaleria.com.br/wp-content/uploads/LEONORA-WEISSMANN-portifolio-1.pdf>
Acessado em: 17 de julho, 2025.

O olhar da mulher entristecido pela cobrança cotidiana dos afazeres domésticos e das responsabilidades da mãe nos cortou como faca. Era como se nos indagasse sobre nossa parte no latifúndio sem dono chamado maternidade. Sem dono, já que nenhuma mãe pode ser senhora de suas escolhas. Nem seus ventres, nem seus corpos lhes pertencem. Há sempre o medo da caverna escura. Há sempre o breu que nos acompanha quando velamos a mulher que éramos antes do parto. “Devemos saber que o reino do público se define pela ordem do poder e o reino do privado pela ordem da violência” (Tiburi, 2023, p.106). A natureza violentada pelo capital e nós, pelos nossos homens.

A violência contra as mulheres apresenta-se como uma “constante cultural” (Wojciechowski e Santos, 2020, p.179) e parece que o mesmo está acontecendo com a natureza, dado que as conclusões apresentadas por Bertoldi e Seoane (2016) no âmbito do Direito Internacional Ambiental a respeito do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas mostram que as normas de *soft law*, de caráter recomendatório e não obrigacional, acabam possuindo uma eficácia mais limitada do que as normas impositivas, embora com uma aceitação maior pelos Estados. Com essas práticas, as

respostas concretas são negativas e a temperatura do planeta tem aumentado consideravelmente.

Um balanço dinâmico entre bicho, breu, frio, rocha, mulher, luz, calor e uma vegetação tropical se agita diante de nós. A natureza abundante de líquens, musgos, juntos de toda sorte de plantas, contrastam com a solidão da mãe e seu filho. Todos crescem na privação de luz. Retalhos românticos sepultados na rocha evidenciam o luto, mamilos escuros e grandes revelam a entrega animalesca à prole. Para Dias, Mendes e Gomes (2020), fica claro o confronto entre a maternidade historicamente idealizada, utópica e distorcida e a maternidade real, que abre espaço para inseguranças e uma variedade de diferentes tipos de culpa.

Um misto de morte e fertilidade. Uma dualidade brutal entre amar incondicionalmente o filho e odiar profundamente as consequências da maternidade. Recusar a caverna, mas sentir uma vergonha imensa de ter seus pelos expostos, sua sobrecarga revelada. O tédio e uma ausência de si, que parecem não ter cura. A gruta mimetiza a maternidade.

Ao entrelaçar maternidade, corpo e natureza na perspectiva da gruta, oferece uma crítica incisiva aos sistemas que, historicamente, oprimem tanto os corpos femininos quanto os territórios naturais.

Quando observadas sob uma perspectiva ecofeminista, as relações entre as três produções artísticas revelam camadas profundas de resistência e denúncia frente aos sistemas de dominação que atravessam tanto os corpos quanto os territórios. O ecofeminismo possibilita compreender como a lógica patriarcal-capitalista atua simultaneamente na exploração da Terra e na opressão das mulheres, especialmente em contextos de violência ambiental, invisibilização de biomas e imposições sobre os corpos maternos.

A arte contemporânea, ao expressar essas tensões e afetos, abre espaço para a expressão de subjetividades silenciadas e a elaboração de novas formas de existir em conexão com o mundo mais-que-humano. As maternidades, compreendidas não como destino biológico, mas como experiências marcadas por contradições, sobrecargas e reinvenções, ressoam com a imagem da natureza violentada e exaurida. Assim, essas conexões ecofeministas convocam uma educação ambiental que não apenas informe, mas que parte do sentir para uma reflexão profunda sobre o cuidado, a escuta e o reconhecimento ético das interdependências que sustentam a vida.

CONCLUSÃO

Diante das proposições artísticas de Yasmim Formiga, Júlia Pontés e Leonora Weissmann, apostamos na potência da arte contemporânea como mobilizadora de críticas aos processos de violência socioambiental e de gênero que atravessam os territórios e os corpos femininos.

A Caatinga, historicamente marginalizada e considerada um bioma com pouco valor ecológico, emerge nas obras de Formiga como espaço de vida e resistência, desafiando concepções hegemônicas e nos convidando a um olhar mais sensível em comunhão interespécies. Do mesmo modo, Pontés denuncia o colapso ambiental causado pela mineração com a força de uma imagem que remete à placenta - símbolo de origem e nutrição - transformada em lama tóxica. A tragédia-crime de Mariana evidencia a falência das estruturas públicas e privadas de proteção ambiental, além de reforçar os impactos irreversíveis do extrativismo sobre os ecossistemas e as comunidades humanas e não humanas. Weissmann com a imagem de uma mãe com o bebê no colo, em uma gruta, propõe uma reflexão sobre a maternidade a partir da experiência íntima e política do corpo feminino. Sua obra articula os afetos, as tensões e as violências que atravessam o universo materno, revelando as contradições entre o ideal da maternidade e a realidade de sobrecarga, invisibilidade e ausência de autonomia sobre o próprio corpo.

A maternidade, como a natureza, é capturada por lógicas de controle e exploração. Nesse sentido, pensar uma educação ambiental sensível perpassa pelo reconhecimento dessas interconexões que se incorporam em perspectivas que consideram os vínculos entre gênero, território e justiça ambiental. Fazer da fruição da obra de arte contemporânea um palco aberto a práticas pedagógicas que mobilizem não apenas o conhecimento técnico-conceitual sobre biodiversidade e ambiente, mas também o afeto, a escuta e o reconhecimento da multiplicidade de saberes e experiências como fundamentais para a construção de um futuro mais justo e equânime.

Nesse contexto, a educação ambiental socialmente crítica e feminista, apresentadas por Lucie Sauvé, pode ser mobilizada pela arte contemporânea, ao provocar deslocamentos de percepção e ao gerar experiências estéticas que tangenciam o sensível e nos convocam à produção de narrativas pelo sentir, abertos à escuta do mundo mais-que-humano e a nós mesmas.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, ago. 2016, p. 629–638. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ANDRADE, Camila Damasceno de. Justiça ecológica e subalternização feminina. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 808-830, 2020.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues; SEOANE, Yasmin Lange. As mudanças climáticas e o comprometimento da existência da vida na Terra: a baixa eficácia dos acordos internacionais para a estabilização das temperaturas. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0219/2016.v2i1.1031>. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRANCO, Tatiana Castelo. Litigância climática, soberanias e gênero: uma análise interseccional da busca de mulheres por justiça climática. 2024. Brasília. Centro Soberania e Clima. 19p. Disponível em: <https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2024/06/Artigo-Tatiana-Castelo-Branco-03.pdf>, Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL, Luana Melody; PIRES, Victor. O que a lama nos deixou: reflexões sobre a tragédia de Mariana, a mídia e a mineração no Brasil. **Chroniques des Amériques**, v. 17, n. 3a, 2017, p. 1–10. Disponível em: https://ceim.uqam.ca/db/spip.php?page=article-ameriques&id_article=10754. Acesso em: 21 jul. 2025.

CARVALHO, Daniela Franco. **Uma vida para uma metodologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

CARVALHO, Daniela Franco; OLIVEIRA, Caroline Barroncas de; COSTA, Monica de Oliveira. Educação em ciências, arte e ecofeminismo em questionamentos do Antropoceno. **Sisyphus: Journal of Education**, v. 13, n. 1, 2025, p. 57–73.

CASELLA, Aline Ruzzante. **Maternidade e natureza:** dominadores comuns? 36 f. Trabalho de conclusão de curso (Ecologia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/6aa3ca80-982e-4cc2-bf09-66ddf76012ef>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CERVEIRA, Mirian Rejane Flores. **O desvendar da mandala religiosa, através do diálogo inter-religioso.** Dissertação (Mestrado). Faculdades EST. Programa de Pós-graduação. Mestrado em Teologia. 2016. Disponível em: http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/BR-SIFE/741/cerveira_mrf_tm326.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 jul. 2025.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa.** Uberlândia: EDUFU, 2011.

DIAS, Tamires Alves; MENDES, Stéffane Costa; GOMES, Samara Calixto. Maternidade romantizada: expectativas e consequências do papel social esperado de mãe. In: **V Semana Universitária da URCA; XXIII Semana de Iniciação Científica**, 2020, Iguatu. Anais [...] Iguatu: URCA, 7–11 dez. 2020. Disponível em: https://siseventos.urca.br/assets/pdf/sub_trabalhos/251-796-5274-887.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

DIAZ, Natalia Quiroga. Economia do cuidado: reflexões para um feminismo decolonial. Tradução de Heloisa Wosniak. **Revista X**, v. 17, n. 1, 2022, p. 322–340.
GARCIA, Loreley Gomes. Ecofeminismo: múltiplas versões. **Revista Ártemis**, v. 10, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/11829>. Acesso em: 18 jul. 2025.

GUETTA, Mauricio; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Nota técnica sobre o Projeto de Lei n. 2.159/2021 (antigo PL n. 3.729/2004).** Instituto Socioambiental; Observatório do Clima, 2023. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t3d00081_0.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

HAUFF, Shirley N. Representatividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação na Caatinga. **PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Projeto BRA/00/021:** Sustentabilidade e repartição dos benefícios da biodiversidade, Brasília, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomassas/biomassas-e-ecossistemas/biomassas/arquivos-biomassas/representativconservcaat_shauff_revisojoo_03_produto_final_203_completo-1.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

LACERDA, Glória Maria Cardoso. Redescobrindo tesouros: um olhar sobre a biodiversidade da Caatinga na atualidade. **Revista Macambira**, v. 8, n. 1, p. 1–23, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1396>. Acesso em: 18 jul. 2025.
LOPES, Sérgio de Faria; RAMOS, Maiara Bezerra; ALMEIDA, Gilbevan Ramos de. The role of mountains as refugia for biodiversity in Brazilian Caatinga: conservationist implications. **Tropical Conservation Science**, v. 10, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1940082917702651>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo.** Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

NOVELLI, José Marcos Nayme. A política ambiental brasileira (2003–2022): da contradição à devastação. **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações**

Internacionais, v. 6, n. 3, p. 10–33, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/cn/article/view/17094/11388>. Acesso em: 18 jul. 2025.

OLIVEIRA, Rogério Ferreira de; MAGALHÃES, Felipe de Medeiros; TEIXEIRA, Bernardo Franco da Veiga; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de; PORTO, Clara Ribeiro; GUIMARÃES, Francisco Péricles Branco Bahiense; GIARETTA, Ariovaldo Antônio; TINÔCO, Moacir Santos. **A new species of the *Dendropsophus decipiens* group (Anura: Hylidae) from northeastern Brazil.** *PLoS ONE*, v. 16, n. 7, e0248112, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0248112>. Acesso em: 18 jul. 2025.

PoEMAS - Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. **Antes fosse mais leve a carga:** avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Relatório final. Juiz de Fora: PoEMAS, 2015. Disponível em:
<https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe?** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. Disponível
em: <https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/ano/mes/sexo.htm>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SAUVÉ, Lucie. Currents in environmental education: Mapping a complex and evolving pedagogical field. **Canadian Journal of Environmental Education (CJEE)**, v. 10, p. 11-37, 2005. Disponível em: <https://cjee.lakeheadu.ca/article/view/175> Acesso em: 13 out. 2025.

STRANGE, Niels; ERMGASSEN, Sophus zu; MARSHALL, Erica; BULL, Joseph; JACOBSEN, Jette Bredahl. Why it matters how biodiversity is measured in environmental valuation studies compared to conservation science. **Biological Conservation**, v. 292, art. 110546, 2024. Disponível
em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2024.110546>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TABARELLI, Marcelo; LEAL, Inara; SCARANO, Fábio R.; SILVA, José, M. C. Caatinga: legado, trajetória e desafios rumo à sustentabilidade. **Ciência e Cultura**, v. 70, n. 4, p. 25–29, 2018. Disponível
em: <https://doi.org/10.21800/2317-66602018000400009>. Acesso em: 18 jul. 2025.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

UCHÔA, Lucas Rafael; DELFIM, Fagner Riberiro; MESQUITA, Daniel Oliveira; Colli, Guarino Rinaldi; GARDA, Adrian Antonio; GUEDES, Thaís. Lizards (Reptilia: Squamata) from the Caatinga, northeastern Brazil: detailed and updated overview. **Vertebrate Zoology**, v. 72, ago. 2022, p. 599–659. Disponível
em: <https://doi.org/10.3897/vz.72.e78828>. Acesso em: 18 jul. 2025.

WEISS, Charlotte R.; JOHNSON-KOENKE, Rachel. Narrative inquiry as a caring and relational research approach: adopting an evolving paradigm. **Qualitative Health**

Research, v. 33, n. 5, p. 388–399, 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.1177/10497323231158619>. Acesso em: 18 jul. 2025.

WOJCIECHOWSKI, Paola Bianchi; SANTOS, Aline Cristina dos. O corpo feminino e o direito: uma análise do confinamento simbólico da mulher desde a sua tutela penal. In: Tomazoni, Larissa Ribeiro (Org.). **Mulheres e o direito (livro eletrônico)**: um chamado à real visibilidade. Curitiba: Editora Sala de Aula Criminal, 2020, p. 178-193. Disponível em:
https://www.salacriminal.com/uploads/7/7/5/0/77502586/mulheres_e_o_direito_um_chamado_%C3%80_real_visibilidade.pdf#page=183. Acesso em: 18 jul. 2025.

ZENNI, Rafael D.; BRITO, Marcelo F. G.; CREED, Joel C.; ANTAR, Guilherme Medeiros; FABRICANTE, Juliano Ricardo; SILVA-FORSBERG, Maria Clara; FUTADA, Silvia; MACÉDO, Rafael Lacerda; PELICICE, Fernando Mayer; PETRY, Ana Cristina; SANTOS, Gabriel Silva; SANTOS, Sandra Aparecida; VIEIRA, Leandro Manzoni; ZEQUI, João Antonio C. Capítulo 2: Status e tendências sobre espécies exóticas invasoras no Brasil. In: DECHOUM, Michele de Sá; JUNQUEIRA, Andrea de Oliveira Ribeiro; ORSI, Mario Luis. (Orgs.). **Relatório Temático sobre Espécies Exóticas Invasoras, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. 1^a Ed. São Carlos: Editora Cubo, 2024, p.49-91. Disponível em:
<https://doi.org/10.4322/978-65-00-87228-6.cap2>. Acesso em: 18 jul. 2025.